



AGUA PRETA CAMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO MANOEL DA SILVA, AMARO JOSE DA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 17134550-2089-4087-8ef4-89137c986945

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	0,00	17.328,48	17.328,48	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	0,00	221.710,03	221.710,03	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	157.931,39	157.931,39	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	7.550,00	7.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	14.641,44	14.641,44	0,00	0,00	0,00	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	422.126,94	422.126,94	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	0,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,36
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	1,14	1,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2,76
Sub-total	1,14	841.290,26	841.288,28	0,00	0,00	0,00	3,12
TOTAL	1,14	841.290,26	841.288,28	0,00	0,00	0,00	3,12



**CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA PRETA
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
ANEXO 17, LEI Nº 4.320/64**

NOTA EXPLICATIVA

a) INFORMAÇÕES GERAIS

a.1. Domicílio da entidade

Praça do Três Poderes, 3216, centro, Água Preta/PE. CEP. 55.550-000 Fone (81) 3681.1110

a.2. Dados do gestor

Antonio Manoel da Silva

Cargo: Presidente

CPF: 125.256.774,04

a.3. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas.

Amaro José da Silva

CTCRC/PE. 15.106/O-6

a.4. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Câmara Municipal de Água Preta concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 106-6“Órgão Público do Poder Legislativo Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Orçamentaria Anual. Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.5 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de



Procedimentos Contábeis (IPC) nº 05 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

b) Resumo das políticas contábeis significativas

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

b.2. Bases de mensuração utilizadas.

De acordo com o MCASP, p. 156, 7ª edição, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade



operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão. No caso das entidades deste município, as bases de mensuração utilizadas nos elementos patrimoniais estão de acordo com o exposto na Parte II do MCASP, 7a edição.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

b.5. Aspectos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas.

Nos demonstrativos consolidados da administração direta e indireta do município estão compreendidos os seguintes órgãos e entidades:

Câmara Municipal de Água Preta

c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis.

c.1. Restos a pagar processados e não processados

Os restos a pagar processados inscritos do exercício de 2023 totalizaram R\$ 0,00. Houve um aumento de R\$ 0,00 em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$ 0,00. Os restos a pagar não processados inscritos do exercício de 2023 totalizaram R\$ 0,00. Não houve mudanças em relação ao exercício de 2022. O total de restos a pagar para o exercício de 2024 é de R\$ 0,00

c.2. Depósitos e Consignações

Os depósitos e consignações do exercício de 2023 totalizaram R\$ 841.290,26 houve pagamento de R\$ 841.288,28, por ter havido saldo de 2022, no valor de R\$ 1,14 Ficando saldo para o exercício seguinte de R\$ 3,12

Água Preta, 31 de dezembro de 2023.

Antônio Manoel da Silva
Presidente

Amaro José da Silva
CT.CRC/PE. 15.106/0-6